

RESULTANTES DA REVOLUÇÃO

Walter F. Piazza

Não se pode, dentro da perspectiva histórica, dizer que a Revolução de 1930 terminou no momento mesmo em que Getúlio Vargas, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, é investido como «Chefe do Governo Provisório» da República Brasileira.

É, entretanto, a nosso ver, que, ali, se inicia o vislumbre das resultantes da Revolução, e estas resultantes ficaram, algumas mais definidas, sem preocupar o analista com elocubrações mais profundas, enquanto outras estão, ainda, encobertas ou mal analisadas.

Tais resultantes são da mais variada gama, algumas apontadas, constantemente, por analistas da mais variada espécie, enquanto outras mal são mencionadas.

No contexto catarinense não se tem, ainda nenhum estudo superficial ou de profundidade, publicado, que nos dê a dimensão exata destas resultantes.

Poder-se-á, por isto mesmo, agora, deixar de mencionar algumas delas.

1. As resultantes de ordem político-institucional da Revolução de 1930 na área catarinense devem ser aquilatadas de várias formas.

É de valia focar, aqui, a dificuldade da estruturação dos elementos de apoio ao Presidente Getúlio Vargas em Santa Catarina, pela posição antagonônica que, desde logo, tiveram vários chefes «aliancistas» catarinenses, entre si, e em relação aos primeiros interventores gaúchos nomeados, como atrás já se referiu.

Provocam tais fatos um crescimento da oposição à Revolução, apesar de quererem alguns que «a inércia teria sido abalada pela Revolução de 1930» (1) e, em Santa Catarina, exacerbou o «catarinensismo» — valorização do regional em contraposição à ofensiva gaúcha — a mais sentida — e, de outro lado, deu vez a que se articulassem candidaturas catarinenses à Interventoria estadual.

Um dos pontos de honra da «Aliança Liberal», na sua pregação pelo Brasil, foi a extinção das oligarquias estaduais.

Até que ponto este ponto de honra mereceu dos vencedores de 1930 uma tomada-de-posição que fizesse jus à pregação «aliancista»?

Parece-nos, ao menos no tocante ao nosso Estado de Santa Catarina que não houve a extinção das oligarquias estaduais, mas, tão somente, se acrescentou mais uma ao rol das existentes.

Houve, pela própria reformulação econômico-social do país, uma nova forma de atuação daquilo que é, impropriamente, chamado de «feudalismo rural no interior» (2). Houve, a nosso ver, a substituição paulatina, do «coronel» urbano-comercial existente em Santa Catarina, por uma elite «bacharelesca», que, nos acertos políticos, procura absorver os «coronéis» com toda a sua gama de conhecimentos eleitorais e eleitores.

Como resultante da Revolução de 1930, no campo político-administrativo, tem-se, em Santa Catarina, uma problemática a ser encarada e que merece, por isso mesmo, reflexão.

Referimo-nos ao posicionamento de Santa Catarina no palco das grandes decisões presidenciais da chamada «República Velha», onde despontaram figuras catarinenses ocupando ministérios como Lauro Müller, Almirante José Pinto da Luz, Almirante Arnaldo Pinto da Luz, General Nestor Sezefredo Passos, Victor Konder, enquanto que, após 1930, rarissimamente um catarinense se viu guindado a um ministério.

Como explicar tal fato?

Quais os motivos plausíveis de tal esvaziamento político?

As nossas observações nos induzem a levantar algumas premissas e procurar determinar os seus parâmetros.

Inicialmente, o subjugamento de Santa Catarina aos interesses gaúchos, e, conseqüentemente, o afastamento de catarinenses dos centros de decisão do Governo da República.

Em segundo lugar, a cisão havida, logo, de início, após a vitória da Revolução de 1930, entre os chefes «aliancistas» catarinenses. Já, nos primeiros dias de 1931 a defecção de Henrique Rupp Júnior, e, depois de 1932 o degladiar constante entre Aristiliano Ramos e Nereu Ramos pela dominação da política estadual, que vai, em 1934, se consumir numa ruptura definitiva.

E, a partir daí, o quadro econômico-social da Nação já dava a outros Estados, notadamente, ao Paraná, uma posição mais privilegiada que Santa Catarina, com a conseqüente obtenção de lugares nos centros decisórios nacionais.

2. No tocante às resultantes de ordem sócio-econômica tem-se algumas repercussões já sentidas e atrás referidas.

Estes aspectos vão ser bem salientados se for possível mostrar como emer-

ge o Capitalismo no após — 1930, quer sob o nome de «Forças Produtoras» ou de «Classes conservadoras».

É, exatamente, neste ponto que não se tem dados mais palpáveis.

Da máxima importância para Santa Catarina é a crise agrícola de 1929 a 1934, que abalou, notadamente, o Rio Grande do Sul, parte como resultado da crise econômica mundial de 1929, parte como reflexo da Revolução de 1930 nas populações agrícolas das «velhas» colônias, até então responsáveis pela alta produtividade do visinho Estado.

Esta crise preparou o grande fluxo colonizador que se desenvolve no médio e no extremo oeste de Santa Catarina, a partir daquele ano de 1934, apesar da iniciada em 1910, mas, entretanto, sem a regularidade alcançada após a Revolução, e que vai ser responsável pela ocupação de um terço do território catarinense.

No campo cultural já tivemos oportunidade de demonstrar os efeitos desastrosos da Revolução de 1930 na desarticulação da vida intelectual na Capital, com o êxodo de intelectuais para outros pontos do país. (3)

Este é um tema que está para ser repensado e, talvez, revisto como novos elementos que se possam somar aos, até agora, conhecidos.

São estes alguns dos pontos que merecem reflexão. Outros mais poderão vir à tona.

NOTAS

1. LIMA, Alceu Amoroso. *Ensaio de sociologia política brasileira*, 1951.
2. LIMA, cit.
3. PIAZZA, Walter F. *A Academia Catarinense de Letras, de José Boiteux a Othon d'Eça*. Revista **SIGNO**, Florianópolis, n° 3: 9-18, 1970.